

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 5 DE MARÇO DE 2013 – NÚMERO 5/2013

Aos cinco dias do mês de Março do ano de dois mil e treze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do edifício dos Paços do Município. Compareceram Carlos Jorge Pereira, Vice-Presidente, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.

Registou-se a ausência do Presidente da Câmara, pelo que a reunião foi dirigida pelo Vice-Presidente, Carlos Jorge Pereira.

O Vice-Presidente da Câmara deu início à reunião eram dezassete horas e cinquenta e cinco minutos.

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 4 de Março de 2013.

Havendo público na sala para intervir, o Vice-Presidente sugeriu que se antecipasse o período de intervenção do público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Intervenção do munícipe Francisco Cunha em representação da empresa Inforinfantil. O munícipe desculpou-se por trazer este assunto à Reunião de Câmara e explicou que só veio à Reunião porque não conseguiu ser recebido pelo Vereador. Explicou que a sua empresa ficou responsável pelas Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) em Alpiarça depois de apresentar a proposta vencedora no concurso que a Câmara abriu para o efeito. Segundo o Caderno de Encargos desse concurso, os candidatos deviam apresentar uma proposta para 287 alunos e foi isso que a Inforinfantil fez, tendo sido o valor apresentado para esse número de alunos aquilo que ficou contratualizado. Entretanto chegaram à conclusão de que não havia 287 alunos, mas apenas 207. Trata-se de uma alteração ao Caderno de Encargos e à proposta que a Inforinfantil fez, sendo que a Inforinfantil não tem qualquer responsabilidade neste retrocesso, antes pelo contrário. Segundo o munícipe, a sua empresa atempadamente falou deste assunto ao Presidente da Câmara, alertando-o para a necessidade de reverter a situação no que respeita às inscrições dos alunos no sentido de fazer com que todos fossem inscritos nestas actividades. Com efeito, o nível de afluência das AEC em Alpiarça é muito inferior em relação ao dos municípios vizinhos, sendo que a maior parte dos alunos da escola primária de Alpiarça não frequenta o inglês, o que lhes cria muitas dificuldades quando chegam ao 5º ano e se confrontam com alunos que já levam quatro anos de inglês. O munícipe salientou ainda que esta situação não é virgem, uma vez que o mesmo acontecia com os Executivos anteriores, a quem também teve ocasião de aconselhar a que tomassem medidas junto do Agrupamento para que se criassem estratégias para incentivar os alunos a inscreverem-se nas AEC, ainda que os professores titulares provavelmente se sintam incomodados com o acréscimo de trabalho que tal representaria.

Em todo o caso, o munícipe manifestou o seu desagrado relativamente à atitude da Câmara de decidir pagar apenas pelos 207 alunos inscritos e não pelos 287 contratualizados. Em 31 de Outubro a empresa apresentou à Autarquia uma exposição fundamentada pedindo que a Câmara reavaliasse a situação dos contratos, pedido que acabou por ser indeferido depois de o Executivo, tanto quanto soube, ter mudado de opinião em relação a esta matéria, sabe-se lá por que razão. Até ao dia 13 de Fevereiro a Autarquia ainda não tinha dado nenhuma resposta, pelo que a Inforinfantil decidiu

enviar uma carta à Câmara, carta essa que nunca foi respondida, tendo a Câmara escrito no dia seguinte à empresa dizendo que mantinham a decisão de só pagar por 207 alunos e ignorando as questões que a carta da Inforinfantil levantava. Para além disso, essa carta nem sequer tinha validade, uma vez que não vinha assinada pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente.

Assim sendo, o munícipe veio aqui alertar para esta situação, tanto mais que a empresa que representa está a perder dinheiro com este contrato. A título de exemplo, o munícipe referiu que no primeiro período lectivo a empresa recebeu da autarquia €12.151,00, contra os €18.040,00 que custaram as actividades. A empresa não está interessada em ganhar dinheiro em Alpiarça, mas também não pode estar a ter prejuízo. A este propósito, agora apenas na qualidade de munícipe, o munícipe perguntou quantos alunos é que o Município declarava ao Ministério na hora de receber os subsídios. O munícipe não considera justo que a Câmara receba subsídios por 287 alunos e só pague à empresa que lecciona o montante respeitante a 207.

O munícipe terminou a sua intervenção lamentando mais uma vez por ter de vir apresentar este assunto numa Reunião de Câmara, tanto mais que não quer fazer nenhum aproveitamento político desta situação, mas defende que a Câmara tem de analisar a questão de forma séria e justa. A empresa vai esperar que lhe digam alguma coisa até à próxima Reunião de Câmara e se a Câmara não entender que as reivindicações da empresa são justas, a Inforinfantil fará o que tiver de fazer para ser ressarcida do dinheiro que investiu.

O Vereador Carlos Pereira fez algumas rectificações ao que foi apresentado pelo munícipe, nomeadamente no que respeita ao Caderno de Encargos, que era bem explícito quando referia que o número de 287 alunos era apenas um número previsível. Precisou ainda que a proposta da Inforinfantil nem sequer era a proposta mais baixa, era aliás a terceira mais baixa, além de que a proposta era 13,03% abaixo do preço base exigido no caderno de encargos. Em relação à carta que o munícipe referiu, o Vereador explicou que o assunto na altura foi analisado minuciosamente pelos serviços e não se encontrou razão plausível para haver qualquer alteração da situação. A resposta que foi dada à Inforinfantil foi baseada em todas as informações recolhidas pelos serviços e foi dada com o maior rigor possível. Não foi assinada pelo Presidente, mas foi assinada pelo Vereador, que tem poderes delegados para tal. Em todo o caso, o Vereador vai reportar a situação ao Presidente. Entretanto, se a Inforinfantil decidir denunciar o contrato, a Câmara agirá em conformidade.

O munícipe Francisco Cunha assegurou que aconteça o que acontecer, a empresa vai cumprir o contrato até ao fim, mas que fará o que tiver de fazer para ser ressarcida, até porque a lei prevê que quando há desequilíbrios financeiros na relação entre a Autarquia e o fornecedor de serviços tem de se encontrar um equilíbrio, sendo que a situação nem sequer é inédita, tendo já acontecido o mesmo com outras autarquias.

O Vereador esclareceu ainda que a intenção da autarquia não é ganhar dinheiro com as actividades, e que o que está em causa é que existia um caderno de encargos que era bastante explícito e não é justo que a entidade vencedora do concurso venha agora exigir rectificações de valores quando sabia à partida quais eram as condições.

A Vereadora Sónia Sanfona comentou que o ajustamento do número de alunos é um procedimento que está previsto na cláusula 4ª do Caderno de Encargos. Parece-lhe contudo que é de elementar justiça que, face à diminuição do número de alunos em função do qual a empresa elaborou a sua proposta, esta apresente uma nova proposta

com um valor condizente com a realidade. A Vereadora afirmou que seria interessante saber quantos alunos a Autarquia declara para fins de cálculo de subsídio a receber por parte do Ministério. A Vereadora não consegue entender como é que não se percebeu que uma empresa não pode estar em prejuízo numa relação jurídica com a Câmara porque não há da parte da Câmara capacidade para perceber que um serviço não está a ser prestado a um determinado universo de pessoas, mas a um universo menor.

ACTAS

Passou-se à apreciação e votação da acta nº 23/2012, da reunião de 10 de Dezembro de 2012. Com as alterações propostas pela Vereadora Regina Ferreira, pela Vereadora Sónia Sanfona e pelo Vereador João Pedro Arraiolos, a acta foi aprovada por maioria com a abstenção da deputada Sónia Sanfona, que se absteve por não ter estado presente na reunião.

Passou-se à apreciação e votação da acta nº 01/2013, da reunião de 08 de Janeiro de 2013. Com a proposta de alteração do Vereador João Pedro Arraiolos, a acta foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Vereadora Regina Ferreira pediu um ponto da situação relativamente à autorização pedida ao Ministério para a abertura de concursos públicos para ocupação de postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal.

O Vereador Carlos Pereira explicou que, recentemente, ele e o Presidente deslocaram-se a Lisboa para uma reunião com a nova Secretária de Estado acerca deste assunto. A Secretária de Estado prometeu que ia analisar os pedidos e na semana passada enviou um fax pedindo alguns esclarecimentos. Entretanto a Câmara está a preparar a resposta, que deverá seguir nos próximos dias, sendo que depois há que esperar pela resposta.

A Vereadora Regina Ferreira perguntou como é que estavam a solucionar o problema da falta de pessoal decorrente das cessações de contratos que entretanto foram acontecendo.

O Vereador Carlos Pereira explicou que neste momento estão a colmatar essa falta com pessoas vindas do Fundo de Desemprego ou, no caso dos serviços internos, através de contratos de prestação de serviços.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

VÁRIOS:

- **Francisco José Saturnino Cunha – Agradecimento.**

Deu-se conhecimento.

- **Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional – Sector Empresarial Local – Internalizar serviços, integrar trabalhadores.**

Deu-se conhecimento.

- **Informação Interna nº 7/Gabinete de Educação/2013 – Auxílios Económicos – Requerimentos de Auxílios Económicos realizados fora do prazo. 7º Pedido fora do prazo.**

A Vereadora Sónia Sanfona comentou que os critérios para a atribuição deste subsídio deviam ter em conta mais do que os rendimentos do agregado familiar, nomeadamente a posse de bens imóveis e móveis, a fim de evitar alguns abusos que inevitavelmente sempre acontecem. A Vereadora julga que seria tanto mais importante

a adopção de critérios rigorosos quanto a procura por estes subsídios cresce exponencialmente.

O Vereador João Pedro Arraiolos explicou que a Câmara reproduz o escalão atribuído pela Segurança Social, mas acrescentou que por diversas vezes a Câmara denunciou casos de abuso que foram detetados.

Deliberado por unanimidade aprovar a inclusão dos alunos na lista de auxílios económicos do Município, de acordo com o parecer técnico.

- Município de Alpiarça – Proposta do Presidente – Proposta Hasta Pública para Venda do Direito de Replantação de Vinha. Ratificação.

Deliberado por maioria, com duas abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira, ratificar a proposta de hasta pública para venda do Direito de Replantação de Vinha.

- Município de Alpiarça – Minuta de Protocolo de Utilização de Edifício (Escola do Casalinho) por parte da Academia Sénior de Alpiarça-ASAL.

A Vereadora Sónia Sanfona comentou que gostava de ver um plano estratégico feito pela Autarquia com alguma ambição, pensamento estratégico e com muita coerência, para ocupar os espaços vazios da vila. Na opinião da Vereadora urge pensar o que fazer com um conjunto de activos que o Município tem e cuja utilização, do seu ponto de vista, não está a ser devidamente potenciada.

O Vereador João Pedro Arraiolos agradeceu a sugestão e explicou que, de qualquer forma, tem havido uma intenção clara por parte da Autarquia de dinamizar algumas das infraestruturas do seu património e que estavam desocupadas.

Deliberado por unanimidade aprovar a minuta de protocolo de utilização de edifício por parte da ASAL.

- Município de Alpiarça – Proposta nº3/2013 do Presidente – Proposta para emissão de parecer prévio vinculativo para renovação de contrato de aquisição de serviços de Medicina Geral Veterinária e respectiva autorização para assunção do compromisso plurianual.

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de emissão de parecer prévio vinculativo para renovação de contrato de aquisição de serviços de Medicina Geral Veterinária e respectiva autorização para assunção do compromisso plurianual.

- Município de Alpiarça – Proposta nº 4/2013 do Presidente – Proposta para Emissão de Parecer Prévio Vinculativo e celebração de contrato de aquisição de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho e respectiva autorização para assumir o compromisso plurianual.

Com a rectificação do prazo do contrato, que passa de dois para um ano com outro de opção, e com a correcção da redacção no último parágrafo da proposta (onde se lê “jurídico” deve ler-se “Higiene, Segurança e Saúde”), a proposta foi posta a votação.

Deliberado por unanimidade aprovar a emissão de parecer prévio vinculativo e a celebração de contrato de aquisição de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho e respectiva autorização para assumir o compromisso anual.

- Serviço Técnico de Obras – Informação nº 38/2013 de 20 de Fevereiro – Direito de preferência sobre o prédio descrito na Conservatória do registo Predial sob o nº 2470 e inscrito na matriz sob o art.º 4899, situado na Rua dos Lusíadas, Lote 15, em Alpiarça.

A Vereadora Sónia Sanfona comentou que admite que a Câmara não queira adquirir habitações, mas, tendo em conta que são reconhecidas as dificuldades em encontrar

soluções para situações de pessoas carenciadas que precisam de realojamento, não deixa de ser irónico que a Câmara esteja a abdicar do direito de preferência sobre um imóvel de rés-do-chão, primeiro andar e logradouro que podia adquirir por dez mil euros. Em todo o caso, a Vereadora concorda com esta opção, até porque seria uma grande maldade que a Câmara estivesse a fazer aos proprietários.

O Vereador Carlos Pereira explicou que o Plano de Saneamento Financeiro não permite que a Autarquia adquirira imóveis durante o período de vigência do plano.

Deliberado por unanimidade ratificar a decisão de não exercer direito de preferência sobre o imóvel.

- Município de Alpiarça – Proposta do Presidente – Proposta de Ratificação do despacho de Aprovação da Minuta do Contrato da Empreitada “Arranjos Exteriores dos Paços do Concelho Alpiarça”.

Deliberado por unanimidade ratificar a aprovação da minuta do contrato da empreitada “Arranjos Exteriores dos Paços do Concelho Alpiarça”.

- Município de Alpiarça – Informação nº 13/2013 de 28 de Fevereiro – Empreitada dos Arranjos Exteriores e Casa de Apoio da Casa Museu dos Patudos e Empreitada dos Arranjos Exteriores dos Paços do Concelho – nomeação do técnico interlocutor.

Deliberado por unanimidade ratificar a nomeação do técnico interlocutor junto dos empreiteiros das obras em epígrafe.

- Município de Alpiarça – Informação nº 14/2013 de 28 de Fevereiro – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde da Empreitada dos “Arranjos Exteriores dos Paços do Concelho de Alpiarça”.

Deliberado por unanimidade aprovar o Plano de Segurança e Saúde da Empreitada dos “Arranjos Exteriores dos Paços do Concelho de Alpiarça”.

- Município de Alpiarça – Serviço Técnico de Obras – Informação nº 09/2013 de 15 de Junho – Processo de Obras nº 1/2012 – Operação Urbanística de Loteamento – Requerente: Diamantino Florêncio Peralta Simões.

Deliberado por unanimidade aprovar a operação urbanística de loteamento, conforme informação técnica.

- Idalécia Machacaz Pestana – Alteração esporádica do horário de funcionamento do estabelecimento, prolongamento até às 02h no dias 1, 2, 8 e 9 de Março de 2013 devido a vários eventos a realizar no Café Restaurante e Esplanada “Os Arcos” em Alpiarça.

Deliberado por unanimidade ratificar a autorização de alteração esporádica do horário de funcionamento do estabelecimento.

- Município de Alpiarça – DMAF – Serviço de Contabilidade – Modificação ao Orçamento – Alteração nº 3/2013.

Deu-se conhecimento.

- Município de Alpiarça – DMAF – Serviço de Contabilidade – Modificação às GOP’s – Alteração nº 3/2013.

Deu-se conhecimento.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Vice-Presidente, eram dezanove horas e cinquenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, a exercer funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino.